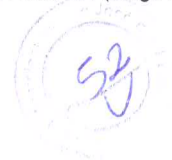


Município de São José das Palmeiras - 2025  
Mapa da Licitação  
Processo inexigibilidade 6/2025

Equipe:

Data abertura: 12/05/2025		Data julgamento: 12/05/2025		Data homologação:	
Produto	UN	Quantidade	Preço	Marca	
Lote 001 - Lote 001					
001 Contratação de serviços prestados p	SERV	6,00	8.000,00 *		
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR			48.000,00		
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR					





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

COMARCA DE SANTA HELENA

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - SANTA HELENA - PROJUDI

Avenida Brasil, 1550 - Fórum - Centro - Santa Helena/PR - CEP: 85.892-000 - Fone: (45)3268-2084 - E-mail: sedr@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0001018-02.2025.8.16.0150**

Processo: 0001018-02.2025.8.16.0150

Classe Processual: Ação Civil Pública Infância e Juventude

Assunto Principal: Acolhimento institucional

Valor da Causa: R\$1.000,00

Polo Ativo(s): • MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Polo Passivo(s): • Casa Lar o Bom Samaritano

• Município de São José das Palmeiras/PR

**DECISÃO:**

Vistos etc.

O **Ministério Público do Estado do Paraná** ajuizou ação para concessão de tutela antecipada em caráter antecedente em face de **Município de São José das Palmeiras/PR** e **Casa Lar o Bom Samaritano**.

Alega, em síntese, que o infante **J. E. L. F.**, filho de **Eduardo de Andrade Moura** e **Patricia Lopes França**, encontra-se acolhido institucionalmente na Casa Lar do Município de Marechal Cândido Rondon/PR, em virtude dos autos de Medida de Proteção de nº 41-10.2025.8.16.0150. Afirmou que a aplicação das medidas de proteção iniciou-se nesta comarca de Santa Helena/PR, visto que quando do afastamento do infante, seus genitores residiam no Município de São José das Palmeiras/PR, pertencente a esta comarca. Aduziu que após o acolhimento familiar do infante realizado em 14 de dezembro de 2024, em razão da situação de risco junto à família acolhedora, o infante foi desacolhido e colocado sob a guarda fática de seus tios, **Edson Andrade de Moura** e **Eliete Pereira da Cruz**, residentes no Município e comarca de Marechal Cândido Rondon/PR, de modo que a competência dos autos de medida de proteção foi declinada à referida comarca. Contudo, no dia 07 de abril de 2025, o infante foi acolhido institucionalmente na comarca de



53

Marechal Cândido Rondon/PR, a qual, diante da inexistência de família natural ou extensa, expediu Carta Precatória sob o nº 910-70.2025.8.16.0150 ao Juízo de Santa Helena/PR, solicitando, com urgência, vaga para acolhimento institucional ou familiar. Determinada a expedição de ofício a Casa Lar O Bom Samaritano neste Município de Santa Helena/PR, informou-se o impedimento para o acolhimento do infante, visto que presta serviço exclusivo para o Município de Santa Helena/PR. Alegou ainda que em sede da carta precatória, o *Parquet* solicitou a expedição de ofício ao Município de São José das Palmeiras/PR para realizar as diligências necessárias para proceder com o acolhimento do infante, contudo, em resposta, somente afirmou-se a inexistência de família acolhedora e que não dispõe de serviço de acolhimento institucional, indicando o retorno do infante aos cuidados dos genitores. Afirmou que a Promotoria, diante da expedição de ofício para que o Município providenciasse alternativas de acolhimento sob pena de responsabilização, diligenciou diretamente junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, mas não obteve êxito, de modo que pugnou, em sede de tutela provisória de urgência, em caráter antecedente, a determinação que a Casa Lar O Bom Samaritano realize o imediato acolhimento institucional do infante e que o Município de São José das Palmeiras/PR adote as medidas necessárias para efetivação do acolhimento, sob pena de multa diária em valor não inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais). Juntou documentos.

É o relatório.

### **Fundamento e decido.**

Pois bem. Como ressabido, o Código de Processo Civil, em seu artigo 300 e seguintes, permite a concessão de tutela de urgência em caráter liminar, desde que se evidencie a *probabilidade do direito alegado*, bem como exista *perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo*.







Desta forma, a ausência de algum deles importa o indeferimento da medida liminar pleiteada.

No caso dos autos, os documentos juntados nos autos demonstram a inércia do Município de São José das Palmeiras/PR em realizar as medidas necessárias para o acolhimento do infante na presente comarca, o qual não pode ficar à mercê da omissão estatal, competindo ao Poder Judiciário, portanto, lançar mão de instrumento jurídicos aptos a resguardar o mínimo de dignidade ao infante.

Sobre essa questão, como pontuado pelo *Parquet* os autos de medida de proteção de nº 41-10.2025.8.16.0150, atualmente tramitando na comarca de Marechal Cândido Rondon/PR, iniciou-se na presente comarca de Santa Helena/PR, visto que quando houve o afastamento da família de origem de **J. E. L. F.**, a sua família residia no Município de São José das Palmeiras/PR, que integra a comarca de Santa Helena/PR.

Portanto, somente houve o declínio da competência, após a necessidade de colocação do infante em família extensa residente no Município de Marechal Cândido Rondon/PR, pois a família acolhedora de São José das Palmeiras/PR, que estava com **J.**, lhe expôs a situação de risco.

Entretanto, novamente o infante necessitou ser acolhido institucionalmente, diante da situação de risco que se encontrava sob a guarda provisória dos tios **Edson Andrade Moura e Eliete Pereira da Cruz**.

Assim, assiste razão ao Juízo de Marechal Cândido Rondon/PR quanto à necessidade do Município de origem providenciar alternativas ao acolhimento do infante, conforme exposto na Deprecata de nº 910-70.2025.8.16.0150, visto que naquela localidade inexistem familiares aptos a exercerem a guarda do infante, sendo a negativa por parte do Município de São José das Palmeiras/PR em não providenciar o adequado acolhimento ao infante totalmente ilegal, visto que atenta



59

contra o postulado do princípio do melhor interesse do infante talhado no artigo 227, da CRFB/88.

Da mesma forma, há que se ressaltar que o fato dos genitores, requeridos nos autos de medida de proteção, residirem em Comarca diversa, isto é, no Município de São Pedro do Iguaçu/PR, não afasta a competência do Juízo de Origem, especialmente porque remanescem membros da família natural e extensa no Município de São José das Palmeiras/PR, inexistindo impedimentos de que diante de eventual reintegração ao núcleo familiar, o feito seja declinado à Comarca em que o infante passará a residir com os genitores.

Nesse sentido, inexistem dúvidas de que o infante deve ser acompanhado pelo Juízo de Origem e pelo Município de São José das Palmeiras/PR, local em que residia quando do acolhimento familiar.

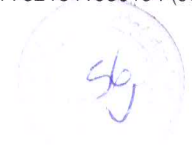
Ademais, o dever de assegurar a garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes também é do Poder Público, nos termos do artigo 227, da Constituição Federal, sendo que, repisa-se, qualquer ação ou omissão estatal que atente contra esse princípio, se reputa ilegal e, portanto, pode ser corrigido pela via judicial, como ocorre no presente caso. Veja-se:

*Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

Portanto, a ausência de Instituição para acolhimento de crianças e adolescente no Município de São José das Palmeiras/PR, ou até mesmo, de convênios com instituições de outras localidades, além de inexistência de famílias aptas em







Programa de Acolhimento Familiar, não deve prevalecer sobre o melhor interesse do infante, sendo a omissão estatal em providenciar local adequado a crianças afastadas do convívio familiar totalmente ilegal.

De mais a mais, com relação à negativa da Casa Abrigo O Bom Samaritano nos autos da Deprecata, sob o argumento de que somente presta o serviço de acolhimento para o Município de Santa Helena/PR através do Termo de Colaboração de nº 003/2023, não deve prevalecer.

Quanto ao pontuado, há que se ressaltar que a prestação de auxílio a crianças em situação de risco, conquanto limitada ao Município com quem firmou Convênio ou contrato administrativo, em situações excepcionais podem abranger crianças em situação de risco de outras cidades que integram a Comarca, uma vez que normas municipais não podem prevalecer sobre o princípio do melhor interesse da criança.

Portanto, apesar da Casa Abrigo o Bom Samaritano estar vinculada ao Município de Santa Helena/PR, não deve deixar de prestar atendimento as demandas oriundas da Comarca de Santa Helena/PR, a qual abrange o Município de São José das Palmeiras/PR, como ocorre no presente caso, sob pena de grave violação à dignidade do infante, especialmente quando se tem em mente o próprio artigo 1º, inciso III, da CRFB/88 que estabelece que é fundamento da República Federativa do Brasil o princípio da dignidade da pessoa humana.

Adnato a isso, o artigo 227, *caput*, da CRFB/88 erige a princípio de máxima envergadura constitucional o melhor interesse das crianças e adolescentes, sendo que, no caso, não está sendo observado pelos requeridos, na medida em que o **Município de São José das Palmeiras/PR** não dispõe, ilegalmente, de entidade de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco, enquanto que a **Casa Lar O Bom Samaritano** não aceita receber o infante por questões burocráticas e contratuais, atentando contra o referido princípio constitucional.



25

Com efeito, mesmo que a recusa da Instituição de Acolhimento, num primeiro momento, seja justificada por questões financeiras, tem-se que não deve prevalecer, visto que se trata de situação excepcionalíssima, ou seja, que não é comum de acontecer, não havendo o condão de quebrar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo firmado com o Município de Santa Helena/PR, até mesmo porque, nessa mesma decisão está se determinado que o **Município de São José da Palmeiras/PR** arque integralmente com os custos desse acolhimento, não havendo motivos para a recusa, no particular.

Assim, evidenciada a *probabilidade do direito alegado*, bem como o *perigo de dano*, visto que o infante necessita de acolhimento institucional/familiar para ser salvaguardado da situação de risco, bem como para possibilitar a aproximação com sua família biológica é de se deferir a tutela de urgência pleiteada.

Dessa forma, **DEFIRO** a tutela de urgência pleiteada, para **determinar** que a instituição de acolhimento Casa Lar O Bom Samaritano realize o acolhimento do infante, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) e que o Município de São José das Palmeiras/PR adote as medidas necessárias para efetivação da medida, com o custeio da manutenção do protegido na instituição, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Oficie-se à instituição de acolhimento, bem como o Município de São José das Palmeiras/PR para que cumpram a liminar.

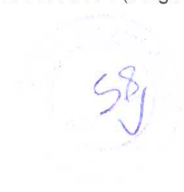
Ademais, **concedo** o prazo de 30 (trinta) dias para que seja feito o aditamento da petição inicial, nos termos do artigo 303, §1º, inciso I, do Código de Processo Civil.

Após, voltem.

Ciência ao Ministério Público.

Intimações e diligências necessárias.





**Santa Helena, datado digitalmente.**

**Jorge Anastácio Kotzias Neto**

**Juiz de Direito**







Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Serviço de RTD

Protocolo Nº 0062341

Registro Nº 0008143

Livro A-060 - PDF/A Nº 001 - AVB Nº 12

SFTD1KeuHn3y4F3mZ2JJF824q

Consulte em <http://selo.funarpen.com.br/consulta>

Emolumentos: R\$27,70(VRC 100,00) Funrejus:

R\$11,60, ISSQN: R\$0,91, FUNDEP: R\$1,51, Selo:

R\$1,75, Distribuidor: R\$10,87, Digitalização: R\$2,49.

Total: R\$ 56,83.

Medianeira-PR, 28 de abril de 2025

Fabiola Maria Padovani de Brito  
Oficial Registradora



REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E

CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

MEDIANEIRA - PR

Fabiola Maria Padovani de Brito

Oficial Designada